

	ANÁLISE DE MERCADO		
	Processo de Planejamento de Aquisições e de Contratações de Soluções de TIC		
	Revisão: 005	Código/Versão: NCA-004	Página: 1 / 1

PROPOSTAS E CONTRATOS CONSIDERADOS PARA FINS DE ANÁLISE DE MERCADO

Lote	Descrição	Qtde	Unidade	Orçamentos			Orçamentos			Orçamentos			Média de Mercado		
				Órgão / Item	Valor Unitário Anual	Valor Total (3 anos)	Órgão / Item	Valor Unitário Anual	Valor Total (3 anos)	Órgão / Item	Valor Unitário Anual	Valor Total (3 anos)	Item	Valor médio unitário anual	Valor Total (3anos)
1	ENTERPRISE NAMED HOST (PAR1- EP01- ENT5-BD3Y)	820	licença	Escola de Magistratura do RJ Item 1	R\$ 1.170,00	R\$ 2.878.200,00	MPDFT Item 1	R\$ 1.054,64	R\$ 2.594.414,40	Cotação em Site – Zoom	R\$ 907,99	R\$ 2.233.655,40	1	R\$ 1.044,21	R\$ 2.568.756,60
2	CRC (PAR1-CRC-1- PT3Y)	20	licença				Contrato CRA-MG	R\$ 6.200,00	R\$ 372.000,00	Cotação em Site – Zoom	R\$ 2.264,99	R\$ 135.899,40	2	R\$ 4.232,50	R\$ 253.950,00
3	VIDEO - WEBINAR 1,000 (PAR1-WEB-1000- FL3Y)	1	licença	Escola de Magistratura do RJ Item 4	R\$ 14.000,00	R\$ 42.000,00							3	R\$ 14.000,00	R\$ 42.000,00
4	VIDEO WEBINAR 3,000 (PAR1-WEB-3000- FL3Y)	1	licença	Escola de Magistratura do RJ Item 4	R\$ 42.000,00	R\$ 126.000,00							4	R\$ 42.000,00	R\$ 126.000,00
				Total=	R\$ 3.046.200,00		Total=	R\$ 2.966.414,40		Total=	R\$ 2.369.554,80		TOTAL=		R\$ 2.990.706,60

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Contrato TJGO 4 Termo Aditivo 380164		ARP nº 013-2022 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF-4			Comparativo de preços	
				Valor Total Anual	Valor Total (3 anos)	Valor Unitário Anual	Valor Unitário (3 anos)	Valor Total (3 anos)	Economia aproximada com a adesão em relação ao contrato atual do TJGO=	R\$ 1.026.189,73
1	ENTERPRISE NAMED HOST (PAR1- EP01- ENT5-BD3Y)	820	licença	R\$ 833.886,71	R\$ 2.501.660,13	R\$ 473,33	R\$ 1.420,00	R\$ 1.164.400,00	Porcentagem de economia no contrato=	41,02%
2	CRC (PAR1-CRC-1- PT3Y)	20	licença			R\$ 1.656,72	R\$ 4.970,17	R\$ 99.403,40	Economia aproximada com a adesão em relação a média de mercado=	R\$ 1.515.236,20
3	VIDEO - WEBINAR 1,000 (PAR1-WEB-1000- FL3Y)	1	licença			R\$ 18.889,00	R\$ 56.667,00	R\$ 56.667,00	Porcentagem de economia no contrato=	53,12%
4	VIDEO WEBINAR 3,000 (PAR1-WEB-3000- FL3Y)	1	licença			R\$ 51.666,67	R\$ 155.000,00	R\$ 155.000,00		
						Total=		R\$ 1.475.470,40		

Considerações:

Na licitação nº 17/2022 da Escola de Magistratura do Estado Rio de Janeiro, o valor unitário do item 4 "Serviço de assinatura de 12 (doze) meses da licença Zoom do tipo WEBINAR até 1.000 participantes" foi mutiplicado por 3 para corresponder, proporcionalmente, ao item 4 da ARP nº 012-2022 do TRF 4. Tendo em vista que, uma das formas bastante utilizadas em outros órgãos é a contratação de software de licenças de videoconferência, mais uma licença de conector de sala, mais outra licença de webinar em um único item, torna-se inviável a indicação do valor unitário de cada item para fins de comparativo de preços. Desta forma, a equipe de planejamento da contratação exauriu as tentativas de localizar contratos celebrados com outros órgãos que contemplem as licenças dos itens 3 e 4 de forma separada. A vantajosidade da contratação é comprovada quando compara-se o valor médio global de mercado com a contratação pretendida. Ou seja, mesmo que alguns valores unitários apresentados sejam menores que o da ARP nº 13/2022, quando compara-se com o valor global da contratação fica comprovada a vantajosidade. Ressalta-se que no Pregão do TRF-4 houveram diversos órgãos partícipes, fato esse que certamente motivou o ganho de economia de escala naquele certame.

Metodologia:

Preliminarmente, foram levadas em consideração as orientações contidas no "Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI" do Conselho da Justiça Federal (CJF), disponível em <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/modelo-de-contratacao-de-solucoes-de-ti-mcti-jf/guia-de-boas-praticas-versao-2.pdf>view, no "Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - 1ª Edição" do Tribunal de Contas da União, disponível em <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm> e na página "Modelos, Diretrizes e Orientações para Contratação de Soluções de TIC", do Ministério da Economia, em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/guias-modelos-e-diretrizes-para-contratacoes-de-solucao-de-tic>, onde é possível acessar as recomendações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal. Naquele portal, também estão disponíveis Guias, Modelos e Diretrizes para Contratações de Solução de TIC de caráter geral e por temas, onde é possível verificar as boas práticas do governo federal na administração e contratação de recursos de TIC. Em seguida, foram consideradas as orientações contidas no Manual Sobre a Pesquisa de Mercado em Âmbito Geral, de autoria da Divisão de Compras e Controle de Contratos, vinculada à Diretoria de Contratações deste Tribunal, o qual propõe "um guia prático de como elaborar a pesquisa de mercado de acordo com as normas vigentes". Além do guia, foram consideradas normas e diretrizes do Decreto Estadual nº 9.900/2021, que "dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional". Como forma de buscar contratos celebrados com a Administração Pública para fins de pesquisa de mercado, inicialmente foi realizada busca visando localizar contratação passada neste Tribunal, em execução ou concluída no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, por meio da consulta de registros internos e também através do relatório de licitações disponível em <https://www.tjgo.jus.br/index.php/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/licitacao>. Em seguida, foi consultado o Portal ComprasNet.GO, sistema virtual de aquisição de bens e serviços para dispensa de valor e pregão no âmbito do Estado de Goiás, através do link <https://www.comprasnet.gov.br/BuscaLicitacoesParametros.asp>. Uma outra forma de pesquisa se deu por meio da verificação dos contratos dos órgãos pertencentes ao Poder Executivo Estadual Goiano, avaliando também como estão se posicionando acerca desse tipo de demanda por solução de TI. Através do portal "Goiás Transparente" administrado pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás, é possível ter acesso à base de dados de contratações estaduais. O acesso é realizado através do endereço <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/gastos-governamentais/contratos>. Por meio do menu "Detalhes de contratos" é possível acessar a pesquisa sobre as contratações. Também foi consultada a base do Portal de Compras do Governo Federal (antigo "Compras Governamentais"), através do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que reúne diversos outros pontos de pesquisa, como o sistema Comprasnet, o Pannel de Compras (<http://painelcompras.economia.gov.br/>) e o Pannel de Preços (<http://paineldepregos.planejamento.gov.br/>), os quais apresentam dados estruturados de contratações realizadas em todo o país. Essas contratações representam o resultado de uma avaliação das contratações de Soluções de TI pelos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Governo Federal e encontram-se catalogadas e categorizadas por subconjunto de bens e serviços. Ainda no âmbito da Administração Pública Federal, foi consultado o Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portalttransparencia.gov.br/contratos/>), através da pesquisa disponível nas opções "Consulta Detalhada" e após em "Contrato" e também por meio do campo "Busca específica". Também foram utilizados como referência sites de busca e o sistema Banco de Preços, objeto do contrato celebrado entre este Tribunal de Justiça e a empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda, incluindo termos relacionados ao tipo de contratação em diversas combinações com as palavras-chaves relacionadas, objetivando localizar mais contratos celebrados com a administração pública direta, incluindo união, estados e municípios, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como na administração indireta e em entidades paraestatais, além de eventuais contratos entre pessoas jurídicas de direito privado para fins de identificar as práticas do mercado como um todo.

 PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	ANÁLISE DE MERCADO		
	Processo de Planejamento de Aquisições e de Contratações de Soluções de TIC		
	Revisão: 005	Código/Versão: NCA-004	Página: 1 / 1

Após a consulta para localizar contratos celebrados com a Administração Pública, são realizadas pesquisas em sítios eletrônicos e de domínio amplo, visando complementar a pesquisa com referências de preços praticados no mercado como um todo.

Também são solicitados orçamentos diretamente para fornecedores, através de solicitação formal, devidamente acompanhada dos documentos necessários à cotação de forma correta do material/serviço, e com as informações na proposta referentes à descrição do objeto/serviço, valor unitário e total, data da proposta, validade da proposta, identificação do proponente com CPF/CNPJ e endereço, carimbo e assinatura do responsável.

Por fim, como metodologia para obtenção do preço estimado, preliminarmente é calculada a mediana de todos os valores obtidos, a fim de que seja utilizado como limitador dos valores aceitáveis, sendo considerado o coeficiente de 25% para mais e para menos para, por fim, obter através da média simples o preço estimado, conferindo, dessa forma, maior segurança e transparência ao cálculo, conforme recomendado no Manual da Divisão de Compras e Controle de Contratos.

Em todas as pesquisas realizadas nos sistemas informatizados mencionados foram utilizados os períodos de contratação e as palavras-chave a seguir:

Anos filtrados: 2019, 2020, 2021, 2022, 2023;

Termos pesquisados:Videoconferência, conferência, codec, gravação, audiências, depoimentos, interrogatórios, testemunhas, câmera, webinar.

Neste contexto, conforme demonstrado, a presente pesquisa de preços foi baseada em ampla pesquisa de mercado, em diversas fontes, resultando nos contratos e propostas relacionados acima, nos termos do Decreto Estadual nº 9.900/2021.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 689135188476 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

VALDEMAR RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIVISÃO DE SUPORTE A SERVIÇOS DE TI - DSSTI

Assinatura CONFIRMADA em 13/06/2023 às 18:09

